

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.023 - DF (2019/0197459-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : CONDOMINIO DO EDIFICIO NOVARA
RECORRENTE : GUSTAVO ARTHUR DE LIMA COSTA
ADVOGADO : GUSTAVO ARTHUR DE LIMA COSTA (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF035673
RECORRIDO : MARKIMOB MARKETING IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO - DF002221A
ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA SOARES - DF023604
DANILO LEMOS LOLI - DF052344
AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS - DF088103
TALITA MYREIA ALVES DA SILVA - GO046990
RECORRIDO : KARINA RODRIGUES DE BRITO CAMPOS
RECORRIDO : ANDRE TELLES CAMPOS
ADVOGADO : CRISTIANO ALVES DA COSTA SILVA - DF030779
INTERES. : RF - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
INTERES. : ALIANCA EMPRESARIAL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : EDUARDO DE BARROS PEREIRA - DF013529

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NOVARA e GUSTAVO ARTHUR DE LIMA COSTA, em face de acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. EDIFICAÇÃO DE GARAGEM. METRAGEM EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL. USO COMPROMETIDO. INVIABILIDADE DE TROCA POR OUTRAS GARAGENS. INDENIZAÇÃO CABÍVEL AOS CONSUMIDORES. VALOR DE MERCADO A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO. HONORÁRIOS DEVIDOS AO CONDOMÍNIO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO DOS RÉUS/RECORRENTES CONHECIDOS E DESPROVIDOS. RECURSO DOS AUTORES/RECORRENTES CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. As vagas de garagem encontram-se abaixo do estabelecido pelo art. 88 da Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998 (Código de Edificações do Distrito Federal), o qual fixa a altura mínima de 2,25 metros para o pé-direito em garagens.

2. A existência da garagem sob a rampa reflete um comprometimento

da utilização das vagas no tocante à altura, ou seja, é um vício no produto, porquanto não se apresenta com a quantidade de metros cúbicos que se espera de uma garagem convencional.

3. Em que pese o alvará de construção ter sido emitido, os consumidores foram prejudicados por ocasião da entrega das vagas de garagens, sendo-lhes garantido o direito de serem indenizados por quem lhes vendeu o produto.

4. A apresentação de dados capturados por meio da internet de forma eventual não é capaz de formar o convencimento sobre o correto valor a ser indenizável. É imprescindível analisar o preço do metro quadrado da garagem propriamente dita e não do valor do metro quadrado do apartamento 5. Se não houver pedido de condenação no que tange a valores uma das partes, é preciso aplicar o § 8º, art. 85, do CPC.

6. RECURSO DOS RÉUS CONHECIDO E DESPROVIDO.
RECURSO DOS AUTORES CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, as partes recorrentes alegam violação do art. 85, §§ 1º, 2º e 11º, do Código de Processo Civil/2015, assim como divergência jurisprudencial, visto que adotado o critério equitativo para fixação dos honorários de sucumbência, eis que deveria ser aplicado o percentual entre 10% a 20% sobre o valor da condenação. Suscita dissídio jurisprudencial.

A parte contrária apresentou contrarrazões (fls. 913-917, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Em análise aos autos, verifico que a sentença, a qual julgou parcialmente procedentes os pedidos e condenou os réus a indenizar os autores pela área útil não utilizada nas vagas de garagens n 20 e 21, foi proferida na vigência do CPC/2015, sendo este o marco temporal para fins de arbitramento dos honorários de sucumbência nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça. A propósito:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA HÍBRIDA, PROCESSUAL E MATERIAL. MARCO TEMPORAL PARA A INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PROCESSUAL.

1. Em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar os princípios do direito adquirido, da segurança jurídica e da não surpresa, as normas sobre honorários advocatícios de sucumbência não devem ser alcançadas pela lei processual nova.

2. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.

3. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas.

4. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de o Tribunal de origem ter reformado a sentença já sob a égide do CPC/2015, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 1.255.986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 6.5.2019.)

Em que pese o acórdão recorrido tenha aplicado as disposições do novo ordenamento processual, determinou a fixação dos honorários de sucumbência por apreciação equitativa, fixando os honorários em favor do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NOVARA, em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos pelos autores. Veja-se (e-STJ,

fls. 821-823):

Quanto aos honorários fixados na sentença, não assiste razão à apelante ALIANÇA EMPRESARIAL ENGENHARIA LTDA e RF EMPREENDIMENTOS, porquanto houve sucumbência recíproca equivalente, uma vez que o pedido de dano material foi provido com relação à restituição dos prejuízos com a diminuição da área útil das garagens e houve o desprovisionamento com relação ao pedido de indenização em danos morais.

No que se refere à liquidação dos valores da condenação argumentada pelos autores/recorrentes, verifico que não lhes assiste razão, tendo em vista que os valores trazidos aos autos pelos requerentes foram elaborados de forma unilateral.

No caso dos autos, conforme o entendimento do juízo "a quo", a apresentação de dados capturados por meio da internet de forma eventual não é capaz de formar o convencimento sobre o correto valor a ser indenizável.

Além disso, é imprescindível analisar o preço do metro quadrado da garagem propriamente dita e não do valor do metro quadrado do apartamento.

Ressalta-se que a fase de liquidação de sentença destina-se à verificação do quantum devido, nos termos do art. 509 do CPC.

No que tange ao pedido dos autores quanto ao valor aferível de condenação em relação ao condomínio, noto que assiste razão aos argumentos da parte recorrente.

Compulsando os autos, é possível notar que não houve pedido de condenação no que tange a valores com relação ao condomínio. Assim, não é possível mensurar em valores os pedidos direcionados ao condomínio.

Diante disso, aplica-se § 8º, art. 85, do CPC, o qual diz que: "Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º".

A fixação da verba honorária é regida pelos princípios da sucumbência e da causalidade, de forma que a parte que sucumbiu ou a parte que deu causa à demanda deve arcar com a verba destinada a retribuir o exercício profissional do advogado. Inclusive, conforme o art. 90 do CPC.

Assim, considerando o trabalho desenvolvido pelo patrono do Requerido (Condomínio), tendo em vista que o processo durou quase 5 (cinco) anos, com relação ao condomínio, entendo que a fixação dos honorários advocatícios deve ser de R\$ 2.000,0 (dois mil reais).

Ante o exposto, conheço dos recursos de apelação e DOU PARCIAL PROVIMENTO, apenas ao recurso dos autores somente para fixar os honorários em favor do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NOVARA em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos pelos autores/recorrentes. NEGO PROVIMENTO ao apelo dos réus.

Cumpra ressaltar, entretanto, que, em julgamento recente, a Segunda Seção do STJ decidiu que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária.

Segundo o Colegiado, o CPC de 2015 reduziu as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, as quais são restritas às causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo (CPC de 2015, artigo 85, § 8º).

No voto condutor do acórdão, exarado pelo Ministro Raul Araújo, consignou-se que o artigo 85, § 2º, do CPC de 2015 veicula a regra geral e obrigatória (ordem de preferência) de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados entre 10% e 20%: (i) do valor da condenação; ou (ii) do proveito econômico obtido; ou (iii), não sendo possível mensurar o proveito econômico, do valor atualizado da causa.

Ficou assinalado no referido voto:

O Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85 a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa [...] a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado.

Eis a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).
3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.
4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29.3.2019 - sem destaques no original).

Tem-se, conforme esse precedente, que, em regra, os honorários devem ser fixados com base no valor da condenação; não havendo condenação ou não sendo possível valer-se da condenação, utiliza-se o proveito econômico obtido pelo vencedor. Como última hipótese, recorre-se ao valor da causa. A aplicação da norma subsidiária do artigo 85, § 8º, só será cogitada na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo artigo.

Na hipótese, não há possibilidade de se fixarem os honorários advocatícios com base em equidade, considerando-se a incidência da regra geral (fixação entre 10% e 20%).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO CONDENATÓRIO. AUSÊNCIA. PROVEITO ECONÔMICO. VALOR DA CAUSA. CRITÉRIOS SUBSIDIÁRIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba

honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. "A expressiva redação legal [do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015] impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo" (REsp 1746072/PR, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.758.933/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/5/2019.)

Diante disso, o valor dado à condenação deve ser a base de cálculo dos honorários, ou caso não seja possível aferir-se o valor da condenação, a base de cálculo deve ser sobre o proveito econômico obtido, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC de 2015.

Merece reforma, por conseguinte, o acórdão recorrido.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar que os honorários advocatícios devidos ao patrono das partes recorrentes sejam fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da condenação, nos termos do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora